

visível, far-se-ia na pessoa do coordenador não-ordenado, sacramentalmente visível;

— Embora haja presença sacramental no Sumo Sacerdote Jesus Cristo, o sacramento é incompleto, porque falta a ordenação ao sagrado ministério presbiteral. A Igreja universal-sacramento-raiz de todos os demais sacramentos tornaria válido, por via de “economia” (supplet Ecclesia), o rito eucarístico celebrado na comunidade, expressão local da Igreja universal;

— O presidente não-ordenado seria ministro extraordinário do sacramento da Eucaristia ¹³

Os argumentos apresentados pelos defensores da possibilidade de um leigo presidir a Eucaristia, embora não definitivos, são bastante fortes.

Como se vê, os argumentos apresentados pelos defensores da possibilidade de um leigo presidir a Eucaristia, embora não definitivos, são bastante fortes. A falta de ministros ordenados, o assumir por parte de leigos da administração e da orientação pastoral de paróquias inteiras ¹⁴, o direito que a comunidade tem de participar da Eucaristia, o dever dos bispos de atender a este direito exigem que, no mínimo, estes estudos continuem e, num espaço de tempo não muito longo, se chegue a respostas pastoralmente viáveis.

Notas

- 1 Canon 900; cf. IGMR 59, PO 2, LG 28
 - 2 Didaqué, 14 e 15
 - 3 Carta de Clemente Romano 40, 2-3 e 42,4
 - 4 H. Küng, *A Igreja*, Moraes Editores, Lisboa, 1970, 2o. vol. pp. 270-271.
 - 5 Carta de Clemente Romano
 - 6 C. Vogel, *Le ministres Charismatiques. Approche Rituelle, em Ministères et Célébration de L'Eucharistie*, Editrice Anselmiana, Roma, 1973, pp. 181-209
 - 7 Tradição Apostólica de Hipólito, 28
 - 8 Canones de Hipólito, 6 e Testamento do Senhor, 39 citados por C. Vogel
 - 9 De Exhortatione Castitatis, VII, 2-6. Citado por C. Vogel
 - 10 De Monogamia XII, 1-2. Citado por C. Vogel
 - 11 Tradição Apostólica, 3
 - 12 C. Vagaggini, *Possibilità e Limiti del Riconoscimento dei Ministeri non Cattolici*, em *Ministères et Célébration de L'Eucharistie*, Ed. Anselmiana, Roma, 1973 pp. 250-320
 - 13 L. Boff, *Eclesiogeneese*, Ed. Vozes, 1977, pp. 79-80 Cf. ainda J. D. von Werdt, *Que pode o leigo sem Sacerdote*, em *Concilium*, Abril 1968, pp. 95-103. Y Congar *Quelques Problèmes touchant les Ministères*, em *Nouvelle Revue de Théologie*, 103 (1971), 795.
 - 14 H. Küng, op. cit. pp 271
- ¹⁴ Veja o exemplo do Cardeal Malula do Zaire que já em 1973 determinava a entrega de várias paróquias ao cuidado pastoral dos leigos. Cf. *Documentation Catholique* 70 (1973) 893.

Endereço do autor: Casa Paroquial
88.340 - Camboriú - SC

Pe. Orlando Brandes

Os leigos e a Moral: Moral do “povo” Brasileiro

INTRODUÇÃO

Estas breves linhas sobre a moral do “povo” brasileiro ou o “ethos popular brasileiro” querem contribuir para a compreensão da nossa gente, seus valores e limites. É obvio que esta ética supõe a moral do “poder” de um lado e a moral “burguesa” de outro lado. O ethos popular não se explica sem a moral das outras classes. De modo geral nosso ethos popular se delinea em três direções que vamos agora analisar.

1. A Ética do Jeito

O jeito é a práxis moral do povo brasileiro mais generalizada. O famoso “jeito brasileiro” tem nome nacional e internacional. Este tema mereceu um livro especial: “Jeito Brasileiro e Norma Absoluta”, de Frei Bernardino Leers. Os grandes traços da ética do jeito, segundo esse autor, são os seguintes: a) O jeito brasileiro é produto da opressão social e do rigorismo religioso e moral. Quanto maior a opressão, maior a criatividade do jeito. b) A ética do jeito é ambígua. Pode salvar pessoas e fazer vítimas. De um lado, o jeito é sabedoria popular, de outro lado é safadeza, sujeira, pouca vergonha. c) O jeito é a aplicação da epiquéia tradicional em contexto brasileiro. Trata-se de um ato intencional, uma atitude livre, criatividade pessoal diante do rigorismo da norma e das exigências da realidade do povo. d) O jeito tem conotação individualista, é um modo de “levar vantagem em tudo”. Portanto, não se preocupa com o bem comum, embora salve muitas vezes a camaradagem de um grupo. e) Se de um lado o jeito é uma sabedoria prática e um exercício da liberdade, é também alienação porque não leva a uma mudança das normas, nem a uma transformação social.

João Camilo de Oliveira Torres escreveu que “somos o povo mais plástico do mundo, damos o jeito em tudo”. Outros autores como J. Comblin e H. Lerpargneur também estudaram a ética do jeito. Segundo este último, o jeito nas mãos da burguesia virou ferramenta de mordomia e o pior, querer levar vantagem em tudo, é “Maquiavel em tradução tupiniquim”. Nas mãos do poder, a tática do jeito é uma política e uma estratégia no exercício do autoritarismo e manipulação do povo. Nestas alturas a ambigüidade da ética do jeito tira toda a força moral que a mesma possuía em nível popular.

De um lado, o jeito é sabedoria popular, de outro lado é safadeza, sujeira, pouca vergonha.

2. A Ética da Resignação: A Consciência Oprimida

Resignar-se frente ao colonizador e ao poder religioso foi a solução encontrada e inculcada no povo pelas elites do

tempo, quer civis, quer religiosas.

A aceitação da ordem e do destino era inculcada como vontade de Deus. O modelo ético ideal da resignação é o Bom Jesus Sofredor. R. Azzi chama a esse fenômeno de "teologia do desterro". O povo adquiriu as virtudes do cativo: conformismo, paciência, resignação, submissão. Instaurou-se, segundo O. Beozzo, a "ética da penitência".

Paulo Freire vê nessa resignação o que ele chama de "consciência oprimida", que consiste na autodesvalorização, servilismo, incapacidade de crítica. É a consciência reduzida ao silêncio, à dependência. Todo este conjunto de resignação, consciência oprimida, forjou o mito do brasileiro bonzinho, cordial e religioso e com ele o mito da "paz social". Por outro lado, como sucedâneo evasivo, como sedativo diante de tanto sofrimento, o povo buscou o consolo na cachaça, o alívio nas festas carnavalescas e religiosas e a catarsis no futebol. Alcoolismo, carnaval e futebol e religião são as consequências sociais da ética da resignação e do cativo. Não é, porém na festa que está a solução ética dos problemas do povo. Os antigos romanos ofereciam "pão e circo". Nós ficamos só com o circo. Está ressoando felizmente a vez do pão. É a ética da libertação.

O povo adquiriu as virtudes do cativo: conformismo, paciência, resignação, submissão.

3. A Ética da Libertação

E. Dussel estuda a ética da libertação na América Latina em cinco volumes. O assunto é amplo e profundo. Segundo o referido autor, o ethos da libertação consiste em permitir que o outro seja outro, deixá-lo existir e servi-lo no trabalho de justiça. Foi exatamente a "indignação ética" dos intelectuais e da Igreja articulada ao clamor do povo que projetou a ética da libertação.

O maior desafio está no uso dos meios e instrumentos a serem viabilizados como "ferramentas de libertação". Para uns só resta a violência, para outros, a análise marxista, para outros ainda, a não-violência ativa. A Igreja latino-americana em Puebla optou pelas vias da comunhão e participação, da conversão pessoal e compromisso social.

O ethos da libertação consiste em permitir que o outro seja outro,

Conclusão

Diante de tantos desafios éticos, o leigo tem um papel indispensável e uma opção a fazer. A moral interpela o leigo a dar testemunho pessoal e a contribuir na construção da "civilização do amor", à luz do evangelho e da organização do povo. Concretamente, o leigo é convocado eticamente a discernir os valores da ética do jeito, a superar a moral da resignação e optar pela libertação.

Bibliografia:

- Dussel E., Para Uma Ética da Libertação Latino-Americana, Loyola, S. Paulo, 1977
Leers B., Jeito Brasileiro e Norma Absoluta, Vozes, Petrópolis, 1982
Freire P., Pedagogia do Oprimido, Vozes, Petrópolis, 1968
Azzi R., O Catolicismo Popular no Brasil, Vozes, Petrópolis, 1978
Moser A., Mudanças na Moral do Povo Brasileiro, Vozes, Petrópolis, 1984

Endereço do autor: R. Dep. Antonio Edu Vieira, 476
88.040 - Florianópolis - SC.

Mons. Valentim Loch

Igreja Mistério

— Igreja Comunhão

O Vaticano II abre a Constituição dogmática LUMEN GENTIUM com um capítulo intitulado O MISTÉRIO DA IGREJA. A expressão para não poucos tinha sabor de novidade, pois a nossa teologia tradicional não abriu muito espaço para a explanação de tal conceito. Mas a própria Constituição vem em auxílio colocando, no decorrer do 1o. capítulo, diversos subtítulos que por si próprios ajudam bastante a compreender o que seja Igreja Mistério:

- O Plano do Pai Eterno acerca da salvação universal
- A missão e o múnus do Filho
- O Espírito Santificador da Igreja
- O Reino de Deus
- As várias imagens da Igreja
- A Igreja, Corpo Místico de Cristo
- A Igreja simultaneamente visível e espiritual

De então para cá tornou-se-nos bastante familiar ouvir falar no Mistério da Igreja. Mas, o que significa essa expressão? De antemão, nunca se conseguirá aprofundar suficientemente esse Mistério. Mistério é Mistério, e não simples enigma ou quebra-cabeça.

1. O Mistério da Igreja à luz do Mistério da Salvação.

O Mistério da Igreja será mais bem esclarecido e aprofundado à luz do Mistério da Salvação. Ouvem-se repetidamente expressões como: PLANO DA SALVAÇÃO - MISTÉRIO DA SALVAÇÃO - MISTÉRIO DE CRISTO - HISTÓRIA DA SALVAÇÃO - ECONOMIA DA SALVAÇÃO, coisa que à primeira vista pode até gerar confusão. São porém todas elas expressões que se referem fundamentalmente ao mesmo objeto, exprimindo os vários aspectos sob os quais pode ser visto e considerado o desígnio do Pai, de salvar a todos os homens, congregando-os na mesma Igreja.

Quando dizemos PLANO DA SALVAÇÃO queremos significar que o Eterno Pai agiu ordenadamente ao chamar os diversos seres à existência, sabendo por que, para que,